



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – *CAMPUS IV***

FLAVIANA DE FIGUEIREDO SILVA

**DO SILÊNCIO SOCIAL ÀS TELAS DO CINEMA: A REPRESENTAÇÃO DA
SURDEZ NO FILME BLACK**

**CATOLÉ DO ROCHA
2016**

FLAVIANA DE FIGUEIREDO SILVA

**DO SILÊNCIO SOCIAL ÀS TELAS DO CINEMA: A REPRESENTAÇÃO DA
SURDEZ NO FILME BLACK**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – *Campus IV*, da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos à obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza

CATOLÉ DO ROCHA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586s Silva, Flaviana de Figueiredo
Do silêncio social às telas do cinema: a representação da surdez no filme black [manuscrito] / Flaviana de Figueiredo Silva.
- 2016.
24 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e
Agrárias, 2016.
"Orientação: Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza,
Departamento de Letras e humanidades".

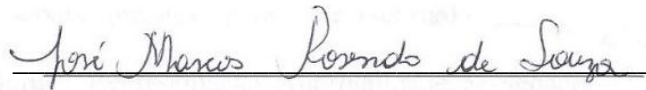
1.Surdez. 2.Representação. 3.Anormalidade. 4.Sociedade. I.
Título.

21. ed. CDD 371.912

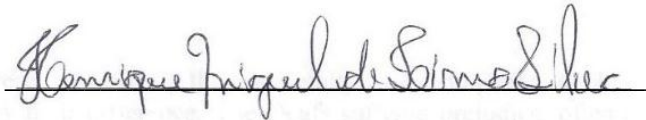
FLAVIANA DE FIGUEIREDO SILVA

DO SILÊNCIO SOCIAL ÀS TELAS DO CINEMA: A REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ
NO FILME “BLACK”

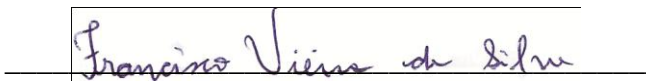
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Marcos Rosendo de Souza (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)



Prof. Me. Henrique Miguel de Lima Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO

Historicamente, os surdos foram considerados pela coletividade ouvinte, como incompletos, incapaz, doente, e ao mesmo tempo foram excluídos, por sua diferença. Os surdos sofreram com o preconceito, muitas vezes camuflados, outras vezes radicais, porquanto, pertencer a um grupo, com padrões estabelecidos, simboliza a quebra da coerção imposta continuamente. Pensando assim o presente artigo tem como objetivo analisar as representações sociais da surdez, na obra fílmica “Black”, explicitando através da personagem principal, *Michele*, menina surda e cega, o olhar da sociedade frente à surdez. Veremos neste trabalho um pouco do processo histórico da surdez, ao que se refere às formas com que os surdos eram submetidos, além disso, a constituição como sujeito, através da língua de sinais, percebendo assim, seu desenvolvimento a partir do conhecimento da língua supracitada, símbolo da identidade dos surdos. A escolha do tema proposto justifica-se por termos presenciado nas aulas de LIBRAS, um novo jeito de interagirmos com as mãos, junto à complexidade de escrever suas histórias de luta no silêncio, além de ser uma ferramenta que nos aproxima desses indivíduos, visto que, ao se tratar da surdez, existem poucos trabalhos como este. A metodologia utilizada caracterizou-se como descritiva-interpretativa por se tratar da análise de um filme e bibliográfico por se fazer uso de materiais teóricos produzidos. Foram utilizados na análise alguns autores, entre eles, as teorias de Skliar (2010), Strobel (2007), Laboritti (1994). Portanto o estudo faz menção às contribuições que o mesmo trouxe, uma vez que, possibilitou a aproximação à comunidade surda, além de, nos permitir ter conhecimento e possíveis reflexões sobre os julgamentos sobre o ser surdo.

Palavras-chave: Surdez. Representação. Anormalidade. Sociedade.

ABSTRACT

Historically, deaf were considered by the community as imcomplete, unable, sick, and at the same time were excluded by their difference. The Deafs suffered prejudice, often camouflage, sometimes radical, because, belonging to a group with established standards, symbolizes the breaking of the continuously imposed coercion. Thinking so this article aims to analyze the social representations of deafness in filmic work “Black”, explaining through the main character, Michele, deaf and blind girl, the look of the front company to deafness. We will see in this work a little history of deafness process, it refers to the ways in which the deaf were submitted, moreover, the constitution as a subject, through sign language, realizing thus its development from the knowledge of the above language, deaf identity symbol. The choice of the theme proposed is justified because we witnessed in LIBRAS classes, a new way to Interact with your hands, with the complexity of writing their stories in silence, apart from being a tool that brings us closer to these individuals, as, when dealing with deafness, there are few Jobs like this. The methodology used was characterized as analytical as this is the analysis of a film and literature by making use of theoretical materials produced. In the analysis were used to some authors, among them, the theories of Skliar (2010), Strobel (2007), Laboritti (1994). So the study does mention the contributions that it brought, since that enabled the app roach to the deaf community, as well as, allow us to be aware and possible reflections on the prejudgments about being deaf.

Keywords: Deafness. Representation. Abnormality. Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
2 SURDEZ E PRECONCEITO: PROCESSO HISTÓRICO	6
3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SURDO ATRAVÉS DA LÍNGUA DE SINAIS	10
4 O OLHAR OUVINTE SOBRE A SURDEZ	13
5 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ NO FILME “BLACK”	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Fazemos parte de um corpo social no qual ser diferente, na maioria das vezes, significa ter que enfrentar e carregar um fardo mais elevado que os ditos “normais”. Se o indivíduo nasce surdo ou com qualquer outro tipo de diferença, provavelmente será visto ou tratado como doente, incapaz ou que possui “defeito”. Nessa perspectiva, a comunidade Surda já sofreu e ainda sofre com as injustiças de uma sociedade preconceituosa, que os privou de direitos mínimos por acreditar que os Surdos não possuíam a capacidade (mental) de conviver e se comunicar, do mesmo modo que os ouvintes.

A falta de conhecimento e de interesse, em buscar conhecer o universo da Surdez, faz com que nos tornemos incapazes de compreender os Surdos, isso porque sua Língua difere da língua dos ouvintes, a qual não é a única forma que o homem faz uso para interagir. Mas, ao nos aproximarmos daquele universo, passaremos a conhecer de perto as diferenças e nos tornaremos mais humanos, construindo-nos e reconstruindo-nos, sobretudo, os nossos pré-conceitos.

Mas, à medida que as mudanças sociais ocorreram e também com os movimentos pró-Surdos tem ocorrido uma mudança de paradigma, pela qual surge também a oportunidade da quebra de padrões pré-estabelecidos que ditaram, por certo tempo, como os indivíduos Surdos deveriam ser representados socialmente.

Então, é perceptível que há a necessidade de se abordar a temática da representação do Surdo a partir da coletividade social, visto que no passado a sociedade o subjugou; e no presente, ainda se mantêm os mesmos prejulgamentos, embutidos na forma de tratá-lo. O que justifica a realização de trabalhos como este e para que possamos refletir e nos colocar no lugar daqueles que carregam certo estigma social, por serem incompreendidos.

Ao considerarmos a diferença como fator relevante para o desenvolvimento de novas experiências e por acreditarmos que o conhecimento conduz a importantes mudanças de posicionamento e modo de pensar, o presente trabalho visa analisar a representação da Surdez, na obra fílmica “Black”, de 2005, dirigido por Sanjay Leela Bhansali, procurando perceber como a surdez é representada na trama.

Através da personagem principal *Michelle*, expusemos os pontos mais relevantes da representação da Surdez. Além disso, procuramos entender as implicações dessa

representação sobre a personagem, visto que Michelle é surda-cega, o que a faz estar submersa na escuridão da incompreensão, tanto pelos familiares quanto pelo meio social.

Entre tantos motivos existentes para se escolher a temática desse trabalho, o principal deles foi termos presenciado nas aulas do componente curricular LIBRAS um novo jeito de interagirmos, de falarmos com as mãos e o olhar, o que tornou as aulas mais significativas. Através dessa arte, de interagirmos com o entrelaçamento e delicadeza dos dedos, percebemos a complexidade de escrever nossas histórias de luta e coragem no silêncio.

Sendo assim, a seriedade desse trabalho faz menção às contribuições que o estudo trouxe. Uma ferramenta que nos possibilitou adquirir mais conhecimento nos campos: pessoal, profissional e acadêmico, além da reflexão sobre a Surdez. Mais adiante, esperamos possibilitar ao leitor uma chance de repensar seus conceitos de aceitação, propiciando possíveis mudanças de posicionamento diante da desigualdade que nos é apresentada constantemente.

Para alcançar o objetivo proposto por nesse trabalho, o mesmo está organizado da seguinte forma: O primeiro tópico, **Surdez e Preconceito: Processo Histórico**, expõe o estigma sofrido pelos surdos no decorrer da história, explanando diferenciadas formas de tratamento, muitas vezes desumanas.

O segundo tópico, **O Olhar Ouvinte Sobre a Surdez**, expressa a rejeição ouvinte sobre a surdez através de estereótipos de anormalidade, incapacidade, deficiência, além de imposições de regras de aceitação e contínua imposição de poder.

Por fim, o último e terceiro tópico, **Análise da Representação Social da Surdez no Filme “Black”**, se propõe a mostrar a representação da surdez, evidenciando nas cenas mais relevantes, o olhar da sociedade sobre diferença.

2 SURDEZ E PRECONCEITO: PROCESSO HISTÓRICO

Por muito tempo os surdos sofreram com os abusos de pessoas preconceituosas que por não terem sapiência mais aprofundada sobre a surdez, os desprezavam. Privaram-lhes de seus direitos legais, a saber: casamento, herança familiar e o direito a escolarização, além de submetê-los a tratamentos de normalização que praticamente os obrigavam a falar.

Choi *et al* (2011), em uma perspectiva histórica sobre a surdez, menciona que os surdos tiveram diferenciadas formas de intervenção: na Grécia, onde prevaleciam os valores de bravura e perfeição estética, eram considerados um peso para a coletividade e exterminados aqueles que fugissem desses parâmetros.

Além disso, acreditavam que se o indivíduo não conseguisse ouvir, também, não possuía a capacidade de raciocinar. Ser surdo na Grécia significava nascer com o destino traçado a sofrer ou morrer sem a oportunidade de mostrar que o modo pelo qual a sociedade o tratava era equivocado. Posto que, o que predominava não era o respeito e a solidariedade, todavia a opressão contra aqueles que não se encaixavam no que a maioria social ditava: a perfeição física.

No que se refere à sociedade romana, Choi *et al* (2011) afirma que cabia ao patriarca o domínio sobre a vida dos seus filhos, o que significava que se eles nascessem com alguma deficiência e se tornasse um fardo, essa criança deveria ser jogada ao rio Tibre.

Os surdos padeceram com o preconceito em vários contextos sociais e no âmbito familiar não era diferente, principalmente, se a família fosse nobre, já que se fazia necessário manter diante da sociedade a imagem de poder, eliminando ou normalizando todos os surdos para que deixassem a imagem de vulnerável.

Ainda sobre o tratamento romano, Radutzky (1992, p.11) reforça que:

[...] Infelizmente, os Romanos herdaram dos Gregos o amor pela perfeição física, por muitos anos os recém-nascidos que apresentavam evidentes imperfeições físicas eram mortos. Em Roma, eles eram colocados na base de uma estátua nas praças principais e então devorados pelos cães [...].

A perfeição física para os gregos e romanos era tão relevante, quanto a Língua de Sinais para os Surdos. Mas, todos os indivíduos que tivessem alguma diferença física padeciam das perseguições e dos maus tratos, porém alguns estudiosos acreditavam que esse tipo de tratamento não deveria ser dado aos surdos, já que o diagnóstico clínico sobre a Surdez não era de imediato.

No entanto, Choi *et al* (2011) contrapõe as diferenças culturais dos povos acerca do tratamento dado aos surdos. Segundo ele, no Egito, via-se a diferença não como imperfeição ou anormalidade, mas como “algo especial”, visto que os egípcios acreditavam que os surdos eram escolhidos e ao mesmo tempo responsáveis pela mediação entre deuses e homens.

Entretanto, percebe-se certo juízo de valor camuflado. Quando os egípcios acreditavam que os surdos eram os responsáveis por fazer uma mediação espiritual entre

deuses e egípcios, estão afirmando que os surdos têm funções separadas dos ouvintes e de certo modo minimizando a imagem do surdo, visto que tanto os ouvintes quanto os surdos poderiam realizar as mesmas atividades.

Os surdos, por muito tempo, foram privados de seus direitos legais, porém essas restrições não se aplicavam aos surdos que não eram mudos, isto é, para aqueles que conseguiam falar embora não pudessem ouvir.

Como afirma Barboza e Mello (1995, p.45):

[...] os surdos-mudos foram, por diversas legislações, impedidos de herdar, de casar e de possuir quaisquer propriedades, qualquer que fosse a forma de sua aquisição. Esse impedimento se dava apenas se o indivíduo não pudesse falar, o que demonstra que o problema era realmente relativo à expressão oral, e não ao discernimento ou à surdez propriamente dita.

Em qualquer contexto, os surdos foram vítimas do preconceito, principalmente, aqueles que não podiam falar, pois as opressões impostas não se davam propriamente pela surdez, mas pela ausência da palavra falada, que determinava a normalidade, ou seja, os surdos na sociedade eram diferenciados por graus de surdez: aqueles que não tinham solução e aqueles que tinham a possibilidade de serem curados, tornando-se um ser humano normal.

Embora com Pedro Ponce de Leon, em 1760, tenha acontecido mudanças significativas na história dos surdos, principalmente no âmbito educacional, a sociedade continuou resistindo à representação do sujeito surdo que era capaz de se comunicar com a língua que lhes é própria, a Língua de Sinais. Mesmo com a criação dessa língua, figurou nos mais variados contextos sociais a crença de que a Língua de Sinais era prejudicial ao desenvolvimento da fala pelos surdos, logo foram impostos métodos “ouvintistas”, por acreditar que a fala era mais eficaz.

Por trás de cada atitude dos ouvintes havia o preconceito, porém camuflado. Ao que se refere a área educacional, dos surdos, os discursos eram sempre baseados em diagnósticos clínicos, isto é, o ensino dos surdos era voltado à busca pela cura ou reabilitação desses indivíduos, porquanto ouvir e falar eram os modelos do padrão a ser seguido.

No entanto, Strobel (2007, p.27) diz que:

[...], se o sujeito surdo se sobressai e excepcionalmente aprendeu a falar e a ler os lábios, isto faz muita diferença na representação social, de fato, quanto mais insistem em colocar “mascaras” nas suas identidades e quanto, mais manifestações de que para os surdos é importante falar para serem aceitos na sociedade, mais eles ficam nas próprias sombras, com medos, angustias e ansiedades. As opressões das práticas ouvintistas são comuns na história passada e presente para o povo surdo.

Então, se “milagrosamente” os surdos conseguem falar e ler como os ouvintes esperam que consigam, a sociedade passa a enxergá-los de outra maneira. Entretanto, não compreendem que essas imposições apenas camuflam a verdadeira situação dos fatos, os quais poderiam ser diferentes se ouvintes aceitassem as peculiares dos surdos e entendessem que esses indivíduos podem ter seu lugar em sociedade como os demais.

Tantas exigências com os surdos, principalmente sobre os de família nobre, estavam diretamente ligadas à visibilidade social e normativa da palavra falada, posto que a fala seria a maneira de provar as condições mentais dos indivíduos e, assim, eles poderiam receber sua herança (o que servia ao mesmo tempo de modelo para outras famílias). De acordo com Costa (2010), ao que se refere aos surdos de família pobre, por não possuírem bens para deixar aos filhos, esses eram abrigados por instituições de caridade.

Para Strobel (2008, p. 32):

Eu não devo aceitar, eu sou ‘normal’. Isso é o que todos pensam em detrimento do outro que é deficiente, quem disse que o padrão é o que estamos vivendo hoje? Nos primórdios da Humanidade todos falavam por gestos e urru, depois se desenvolveu a fala até os dias de hoje. Quem sabe o amanhã? E se todos os seres humanos começarem (por uma falha genética da raça) a perder sua audição por milhares de anos e enfim todos forem surdos e nascer um ou outro ouvinte. Então o deficiente seria o ouvinte.

O fato dos ouvintes estarem em maior número não os coloca em patamares de serem normais, a ponto de ditar o que deve ser aceito ou como essa aceitação deve ser estabelecida na coletividade. Ser Surdo não significa ser anormal, assim como ser ouvinte não denota normalidade, pois ambos estão interligados na mesma busca por seus direitos, muitas vezes negados por seus opressores.

Segundo Sá (2004, p.3):

[...], a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram ‘descobertos’ pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem ‘educados’ e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.

Os surdos tiveram sua representação exposta de maneira preconceituosa, pois foram tratados, em diferentes lugares, de modo cruel e estereotipados como: doentes, incapazes, anormais, deficientes e considerados um peso para o corpo social. Houve a resistência em aceitá-los no meio social, em decorrência da opressão dos padrões ouvintistas, que se

consubstanciava no uso da fala oral. “As narrativas surdas constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos” (PERLIN, 2004, p.80).

É possível perceber que as representações do sujeito surdo, em alguns momentos da história, tiveram sua versão narrada na voz ouvinte, o qual o tratou como deficiente. Diferenciou-o de acordo com o grau de surdez e o separou daqueles que tinham condições de se tornarem “normais” com o uso da fala. Na educação, por sua vez, o ensino surgiu camuflado em teorias clínicas que tentou curá-lo e, por vezes, impediu o acesso a Língua de Sinais, uma vez que, era considerado inadequado para os surdos.

3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SURDO ATRAVÉS DA LÍNGUA DE SINAIS

Somos parte de uma coletividade em que todos os integrantes têm que se adequarem a regras sociais, uma vez que a língua oral é predominante e considerada modelo padrão de normalidade a ser seguido exerce, constantemente através da comunidade ouvinte, certa imposição sobre a surdez. Sendo assim, o surdo é forçado a tornar-se igual a seus opressores.

O diagnóstico da surdez pode ser percebido nos primeiros anos de vida da criança. É a partir do contato com seus pares, também surdos, que esse indivíduo se descobrirá no mundo e assim desenvolver-se completamente. Mas, salientamos que através dos sentidos, brincadeiras, familiares e entre outros meios, a criança surda consegue interagir, ainda que com dificuldade. Entretanto, o seu desenvolvimento pleno só será possível através da Língua de Sinais.

Bakhtin (1929/1992, p.108), ao que se refere à aquisição da língua, afirma:

Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente de comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nesta corrente é que sua consciência começa a operar [...] Os sujeitos não “adquirem” sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência.

Isto é, não nascemos com a língua materna pronta em nossa mente, todavia, é a partir do contato com outros indivíduos que a utiliza. Os ouvintes através de seus pais ouvintes e os surdos através de seus pais também surdos, principalmente em seus primeiros três anos de vida, para assim não atrasar o desenvolvimento dos sujeitos, no que se refere à aprendizagem.

Para Sacks (2010, p.38):

As crianças surdas precisam ser postas em contato primeiro com pessoas fluentes na língua de sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida- e ela pode ser fluente aos três anos de idade-, tudo então pode decorrer: livre intercuro do pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez, da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente ocorre o inverso.

Quanto mais cedo a criança tiver acesso a uma comunidade ou associação de surdos, mais rápido será seu aprendizado, ou quando ela já faz parte de um lar em que seus pais são surdos, haverá maior facilidade em adquirir a língua de sinais, pelo convívio.

Segundo Laboritt (1994, p.49):

A criança surda tem necessidade de identificação com os adultos (surdos), uma necessidade crucial. É preciso convencer todos os pais de crianças surdas a colocá-las em contato, o mais rápido possível, com adultos surdos, desde o nascimento. É preciso que os dois mundos se entrelacem, aquele do barulho e o outro, do silêncio. O desenvolvimento psicológico da criança surda se fará mais rapidamente e bem melhor. Ela construirá longe daquela solidão angustiante de ser a única no mundo, sem idéias construtivas e sem futuro.

Em outras palavras, o desenvolvimento pleno da criança se dará com mais brevidade se precocemente ocorrer sua inserção nas duas realidades, o som e o silêncio, desfazendo assim, as angustias de sentir-se sozinha no mundo. Além disso, ao ter contato com a língua de sinais, ainda em seus primeiros anos de vida, a criança tem mais chances de construir sua identidade de sujeito, tornando-se independente.

Choi *et al.* (2011, p.3) salienta que: “A língua de sinais [...] É a principal força que une a comunidade Surda, o símbolo de identificação entre seus membros.” O referido autor ainda argumenta que a LIBRAS é mais que uma ferramenta simbólica, ela é um instrumento de constituição social.

Sobre esse aspecto Brito (1986, p.21) frisa que:

As línguas gestuais-visuais são as únicas modalidades de língua que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico (sic.) e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. É o meio mais eficiente de integração social do surdo.

Em outro momento, Brito (1993) evidencia que quando acolhemos a língua de outrem estamos aceitando o Surdo, posto que se o rejeitarmos estaremos paralelamente

desprezando sua individualidade, pois a língua é parte integrante e constituinte de todo sujeito. Nessa perspectiva, o Surdo só é capaz de mostrar todas as habilidades de comunicação através da língua que lhes é própria.

Segundo Santana (2007, p.33) sobre a opressão do ser surdo, acentua que:

[...], quando o surdo é marginalizado pela comunidade ouvinte, cria-se o estigma de deficiente, que impede seu desenvolvimento pleno. Conferir a língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões lingüísticas (sic.), cognitivas, mas também sociais. Se ser anormal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunicação, pensamento, aprendizagem etc.), a partir do momento em que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda[...]

Sendo assim, no exato momento em que a língua de sinais legitima os sujeitos surdos, a sociedade, por sua vez, deveria desestigmatizar o que é concebido como anormal, uma vez que impedimos que os surdos tenham acesso ao que lhes pertence por direito, privamo-los da sua autoafirmação. Logo, se o surdo não tiver o apoio e suporte necessário por parte dos membros de sua primeira comunidade, a saber, a família, ele possivelmente terá conflitos de identificação.

São os pais os principais responsáveis pela constituição de sujeito dos seus filhos, pois a criança irá tomá-los como referência e o quanto antes à criança tiver contato com Surdos adultos, mais rápido será o seu desenvolvimento social. Laboritt (1994, p. 59) sobre o que acontece com os surdos que são privados da língua de sinais, explica que:

Os adultos ouvintes que privam seus filhos da língua de sinais nunca compreenderão o que se passa na cabeça de uma criança surda. Há a solidão, e a resistência, a sede de se comunicar e algumas vezes, o ódio. A exclusão da família, da casa onde todos falam sem se preocupar com você. Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para saber, um pouco, um pouquinho, daquilo que se passa em sua volta. Caso contrário, a vida é um filme mudo, sem legendas.

Quando impossibilitamos os surdos de terem acesso à língua de sinais, estamos impedindo-os de se libertarem das angústias de sentirem-se sozinhos no mundo, submergidos em um meio que não apresenta a devida importância. Em decorrência disso, haverá a impossibilidade de torná-los proficientes de uma segunda língua, dado que, a aquisição da língua natural permite que ele se identifique e a aquisição da segunda permite sua inserção no mundo do ouvinte, sem haver a sobreposição de uma língua sobre a outra.

Segundo Sacks (1998, p.52), “[...] um ser humano não é desprovido de mente ou mentalmente deficiente sem uma língua, porém, está gravemente restrito no alcance de seus

pensamentos, confinado, de fato a um mundo imediato, pequeno”. Isto é, a língua de sinais permite ao surdo o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, diferente daqueles que não tem acesso a essa língua, os quais se tornam restritos a um saber limitado.

Dessa maneira, para que o surdo se constitua como sujeito, ele precisa conviver com seus pares e entrar em contato com a língua de sinais, que lhes é própria. Englobando dessa maneira a cultura e os costumes, para assim ter um desenvolvimento pleno tanto da Língua de Sinais, como de uma segunda língua.

4 O OLHAR OUVINTE SOBRE A SURDEZ

Ainda no Século XXI, podemos perceber a mácula social da surdez revelada em diversos aspectos, a saber, olhar que reprime, estereótipos ofensivos, oportunidades de emprego negada, palavras que excluem, discursos preconceituosos, entre outros que demonstram a ausência de melhorias, no que se refere aos direitos existentes, porém negados, dos Surdos.

Para Marques (2002, p.51):

Preconceito, estigmatização, invisibilidade, representações simbólicas, desvalorizantes, violência física e ostracismo são algumas formas de injustiças que impedem a plena realização dos indivíduos ou grupos como seres humanos e cidadãos. O desrespeito impede os indivíduos construírem identidades plenas e criam imagens que desvalorizam seus estilos de vida e ameaçam a dignidade de cidadãos moralmente capazes.

Quando oprimimos a diferença, em específico a surdez, estamos impedindo o desenrolar do indivíduo enquanto cidadão. Os ouvintes por comporem a maioria, por vezes, se enxergaram no direito de ditar regras de aceitação, tratando os surdos como “[...] parte da comunidade mais ampla de incapazes [...]” (GARCIA, 1999, p. 152).

Em termos de exclusão, a primeira delas ocorre no âmbito familiar que é compreendido como um dos primeiros contatos sociais da criança surda. Os pais ouvintes percebem em seu filho a diferença e tentam descobrir clinicamente o que há de “errado” com ele. O diagnóstico do médico sobre a surdez causa sentimentos confusos nos pais como a negação, a não aceitação, a rejeição e a preocupação, visto que acreditam que a criança tem uma enfermidade grave.

Laborit (2004) relata que em uma consulta com um especialista, uma mãe explana quando o profissional clínico revelou a surdez profunda de sua filha. A reação foi a de procurar outro especialista na esperança de receber um diagnóstico diferente. A falta de conhecimento sobre a surdez causa nos indivíduos conflitos e rejeição diante do que aparentemente foge do padrão em que se está familiarizado a conviver.

Segundo Durkheim (2007 p. 12 e 13):

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda toda maneira de fazer “que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais que possa ter.”

Em outras palavras, somente quando os indivíduos se recusam a aceitar as regras de normalidade que a sociedade impõe é que a coerção entra em vigor, dado que independente do que se faça para a sociedade há sempre uma maneira de querer induzir ou até mesmo impor suas regras de aceitação.

Ribas (2007, p. 29) sobre o que os pais sentem ao descobrirem a surdez de seu filho, salienta que: “É natural que, se os pais esperam nove meses por um filho que significa o sonho esperado, e ele não veio como planejado, o grande sentimento que venham a ter é o de frustração”. Ou seja, os sentimentos dos pais ficam oscilantes frente à surdez, uma vez que não estão familiarizados com os surdos e sua comunidade.

Carvalho (2000, p. 69) afirma que:

Não é difícil pressupor que o fato de alguém da família ser identificado por critérios objetivos, médicos ou educacionais, como surdo, constitui-se numa experiência que marca tanto a criança como a família, e que pode alterar o funcionamento intersubjetivo de todos, na medida em que tal diferença impõe, de forma imprevista e definitiva, a perda para sempre da ilusão do filho perfeito.

Ou seja, é natural que perante o desconhecido haja questionamentos que outrora não haviam, todavia, muitas vezes, afetam os familiares e principalmente a criança, posto que o imprevisto de ter um filho fora dos padrões de normalidade que a sociedade impõe, por um instante, frustra a ilusão de filho sem anormalidades.

Laborit (1994), ao que se refere ainda sobre a reação dos pais diante da surdez, salienta que conflitos internos surgem ao descobrir a surdez; os pais ficam abatidos, sentem-se culpados, além de se questionarem sobre possíveis causas. O modo como a surdez é vista demonstra claramente o não conhecimento sobre o assunto, dado que as reações dos pais são

de abatimento e choro diante da diferença, acreditando que talvez tenham contribuído para que isso viesse ocorrer.

De acordo com Perlin (2013, p.55), os Surdos são vistos:

Exprimidos pela participação ouvinte, os surdos são vistos como figuras frias desprovidas de definição cultural. Admitidos como tipos incapazes, continuam a carregar a marca de seus corpos ditos mutilados, de sua inteligência dita fracassada, arrastando-se pela sombria incoerência de nossos dias [...].

Os ouvintes veem a surdez como defeito que necessita ser consertado ou algo prejudicial à sociedade. Acreditam que a cultura da Surdez não tem definição justamente por apontarem os sujeitos dessa cultura como incapazes, dado que em suas percepções preconceituosas de indivíduos predominantes, os surdos não possuem inteligência para constituir uma cultura.

Figueira (1996) explana que padrões de normalidade estão impregnados em nossa coletividade de tal maneira, que aqueles que não se adéquam são rotulados como “desviantes”, o que os tornam vulneráveis a receber mais descrições negativas, do que positivas.

Conforme Skliar (1997, p.124), no entanto, a diferença é parte importante na construção de sentidos:

Necessitamos do outro, mesmo que assumindo certo risco, pois de outra forma não teríamos como justificar o que somos nossas leis, as instituições, as regras, a ética, a moral e a estética de nossos discursos e nossas práticas. Necessitamos do outro para, em síntese, poder nomear a barbárie, a heresia, a mendicidade etc. e para não sermos, nós mesmos, bárbaros, hereges, mendigos.

Ou seja, precisamos das diversidades existentes para sabermos nomear o que nos rodeia, uma vez que, de outro modo, como poderíamos identificar a nós mesmos? Perceber ou até ditar regras? Porquanto, é impossível criar leis éticas e morais se não houver um lado que nos faça perceber todas as diferenças, ainda que discordemos.

O modo desinteressado como os ouvintes ainda enxergam a surdez em sociedade continua impregnado de atitudes camufladas diante da diferença, pois em seus discursos mostram solidariedade, entretanto, em suas atitudes excluem e apontam possíveis soluções e busca pela cura. Ao que se refere a oportunidade de emprego, não é diferente, pois não oportunizam a contratação de indivíduos Surdos, posto que associam a surdez à deficiência mental. “Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez [...] ignorantes e indiferentes”. (SACKS, 1998, p.15).

Retratada como um obstáculo oriundo de um corpo social, a surdez sofre com as imposições da coerção social que sempre existiu independente da minoria retratada, por meio de leis inscritas ou normas simbólicas no ambiente. A surdez tem sido induzida a regras de aceitação e rejeição numa coletividade que tenta exercer seu poder continuamente.

Para Foucault (1993, p. 89):

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provem de todos os lugares. [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

Ou seja, independente da minoria, o poder surge em divergentes lugares, de maneira autônoma e estratégica que impõe a aqueles que fazem parte de uma sociedade determinada. Isso significa que os surdos sofrem com os padrões desse corpo social, pois ainda fazem parte de uma minoria que aos poucos tem conquistado espaço e ao mesmo tempo resistindo à coerção do poder.

Conforme Skliar (1998, p.30), “[...] O problema não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas, sim, as representações dominantes, hegemônicas e ‘ouvintistas’ sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos.”

Portanto, é notório que a visão ouvinte sobre a surdez ainda exerce certa opressão aos surdos através de regras de aceitação, estereótipos, oportunidades negadas, seus discursos dominantes que impedem o desenvolvimento pleno dos Surdos em sociedade. Os ouvintes ainda veem a surdez como algo que precisa de reparo. No entanto, não sabem que o problema não está nos surdos, mas nas representações dominantes impostas sobre o ser Surdo.

5 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA SURDEZ NO FILME “BLACK”

O filme indiano, “*Black*” de 2005, dirigido por *Sanjay Leela Bhansali* e inspirado na autobiografia de *Helen Adams Keller* (primeira pessoa surda e cega a conquistar um bacharelado¹) é protagonizado pela personagem *Michelle* e retrata uma história de desafios e

¹ <http://www.crescimentoesabedoria.com.br/products/-Black-%252d-filme-rar%C3%ADssimo-%252d-Espetacular.html>

lutas enfrentadas por uma menina diferente, que na escuridão desconhecia os significados a sua volta, o que a impedia de interagir.

A referida obra cinematográfica descreve os conflitos do ser surdo em meio à sociedade, a visão ouvinte sobre a surdez desde o nascimento à entrada na universidade, os preconceitos enfrentados, as conquistas alcançadas através da Língua de Sinais e as dificuldades de ser incompreendido por ser deficiente.

Perlin (2013), sobre como os surdos são vistos, afirma que esses indivíduos são enxergados como alguém sem definição, incompetentes, com defeito e com problemas mentais, incapazes de acompanharem a rotina ouvinte, isto é, os ouvintes subestimam as capacidades dos surdos e para isso são movidos por prejulgamentos e falta de conhecimento sobre a Surdez.

Conforme Missagia Júnior (2009, p.1), a surdez é:

[...] algo que marca a integração social do surdo, [Ao invés] de pensarmos o surdo como um indivíduo externo ao grupo social predominantemente ouvinte no qual se insere. Pensamo-nos como alguém cujas possibilidades de socialização são marcadas pela sua diferença característica e todas as peculiaridades que ela impõe.

A surdez é compreendida como algo que marca o indivíduo em sociedade, isto é, o surdo por sua dessemelhança estará na visão ouvinte como alguém que não se encaixa em seu grupo, ainda que as possibilidades de interação venham existir, todavia, a sua diferença não é facilmente entendida ou aceita. Não obstante de nossos dias, assim como *Michelle*, muitos surdos são incompreendidos, excluídos e taxados como incompletos.

Em todo o decorrer da trama podemos perceber em diferentes momentos a visão preconceituosa da sociedade sobre a surdez. Entretanto, selecionamos as cenas que consideramos mais relevantes a serem analisadas. Dentre elas, a cena a seguir mostra a mãe de Michelle recebendo a notícia de que sua filha, em decorrência de uma doença, teve dois de seus sentidos afetados: visão e audição.



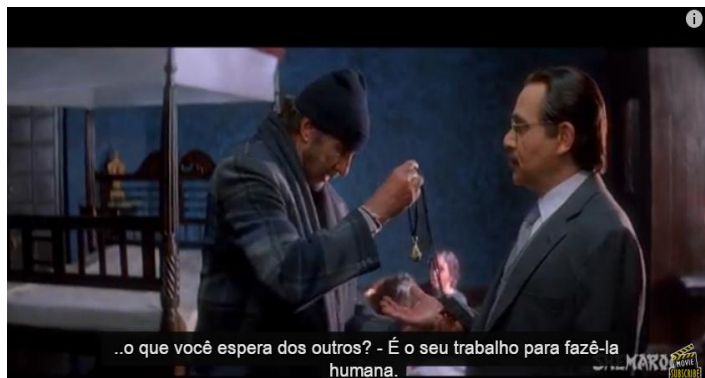
O médico disse que Michelle não pode ver ou ouvir.

É evidente que desde o diagnóstico até o momento que a protagonista aprende a língua de Sinais, a surdez aparece de forma problemática e tratada como um fardo pesado. Além disso, percebemos a falta de conhecimento diante dessa condição biológica na expressão da mãe, ao procurar por sinais de um possível engano médico.

Para Souza e Gallo (2002, p.41), “[...] consideramos que o normal para a espécie humana é ouvir e falar, os surdos, seja como se queiram narrar, serão sempre uma diversidade, subconjuntos de pontos na superfície de um gráfico que gradua diferenças audiométricas- uma diferença para menos[...]”.

Então, tudo que se distancia desse pensamento de normalidade é visto como inferior e que necessita ser consertado, visto que a coletividade não enxerga a diferença como diferença, todavia como algo prejudicial. Carvalho (2000) diz que não é difícil entender a incompreensão dos pais ouvintes frente à surdez, visto que a quebra do sonho de ter um filho perfeito os deixa submersos e confusos sobre seus padrões e objetivos. A surdez para os ouvintes está diretamente relacionada ao conceito de defeito, uma vez que a ruptura de padrões que consideram ser o modelo os faz buscar o reparo imediato.

O episódio seguinte se passa na casa da protagonista, onde o professor Debraj Sahai, chega para conhecer a menina e percebe um sino envolto à sua cintura, que nas palavras do pai serve para encontrá-la.



- *Quando você pensa que o seu filho é um animal, o que você espera dos outros? -É seu trabalho fazê-la humana.*

Aqui percebermos que a representação social da surdez é revelada na figura de um animal, que necessita urgentemente ser humanizado. A surdez é colocada como um fardo, que precisa ser reparado ou um problema a ser resolvido. Vale salientar que Michele fazia parte de uma família nobre e tinha privilégios que outros surdos em condições diferentes não tinham.

Moscovici (2009, p.34) afirma que “Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade se tornar idêntico aos outros, sob a pena de não ser nem compreendido nem decodificado.” O corpo social impõe sobre o outro maneiras de adequação ao modelo dominante. Aquilo que está fora dos padrões de normalidade sofre com as imposições de se tornar igual ao estabelecido, ou fazer parte de um grupo considerado padrão a ser imitado.

A cena que se segue expõe *Michelle* de forma agressiva e jogando tudo que encontra, por não ser compreendida. Seu professor tenta acalmá-la, por sua vez o pai discorda da atitude de Debraj.



Você não sente pena desta criança deficiente?

É manifesto no discurso do pai o preconceito e o estigma de incompleto sobre a surdez. Portanto, percebemos no sentimento de pena e na rejeição presente no estereótipo “deficiente” que a surdez é entendida como uma doença que afeta toda a totalidade existencial do homem e que suas capacidades se restringem a ser depende, por associar a surdez a uma limitação. Segundo Skliar (1998), o problema do estigma do ser surdo e sua língua não estão diretamente ligados a surdez, mas aos posicionamentos das representações ouvintes sobre ela.

Toda a coletividade e corpo social presente nela, precisa compreender que os preconceitos surgem, não do meio daqueles que são estigmatizados, porém, em meio à comunidade que se considera arquétipo, que dita normas e critérios de aceitação, além disso, necessita entender que vivemos em constantes mudanças e que o nosso modo de pensar e taxar o que nos rodeia, também pode evoluir, a benefício de ambas as partes.

A cena seguinte se passa na universidade, onde Michelle é submetida a uma entrevista para avaliarem se ela tem condições de estudar nessa instituição, visto que essa é para alunos ouvintes.



- Sr. Sahai, o Sr. Sabe que esta universidade é para estudantes normais.

É notório nesta cena que a normalidade está diretamente relacionada à oralidade, ou seja, se o surdo conseguir falar, embora não possa ouvir, teria um acolhimento semelhante aos ouvintes. Entretanto, é possível percebermos nas palavras descritas na imagem acima, que o surdo não se enquadra no padrão ouvinte, pois a surdez é apontada como anormalidade.

Os surdos são deixados à margem por uma coletividade que atribui o conceito de surdez à incapacidade e impossibilitados de acompanhar o desenvolvimento ouvinte, ou seja, há na mente ouvinte um olhar de separação, que distancia ambos no que se refere às atividades sociais.

Sacks (1990, p.31) expõe que: “Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns para os outros não deveríamos, como as pessoas que são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?”

O ouvinte impõe seus padrões de aceitação sobre a surdez continuamente, entretanto não compreendem que a oralidade não é a única forma pela qual o indivíduo dispõe para comunica-se, pois assim como os surdos, encontraríamos outros meios de nos comunicarmos se fosse necessário.

A ação que se segue descreve uma conversa entre *Michele* e sua irmã, que está noiva e evidencia à protagonista a importância deste dia. Entretanto, nessa cena também podemos perceber o prejulgamento explícito em seu discurso.



Pode ser que esta ocasião nunca chegue em tua vida

Neste episódio, há uma separação que determina o que os surdos podem ou não ter em sociedade, uma vez que a surdez é vista como algo distante da realidade social, restrita a atividades que se diferem das ouvintes, ou seja, os surdos na visão da coletividade são incapazes de casar por serem diferentes.

Segundo Camilo (2008, p.23-24), sobre as práticas ouvintistas sobre a surdez, ressalta que:

[...] conjunto de estratégias e ações que podem ser tanto físicas, visíveis ao corpo do surdo, como as próteses auditivas, por exemplo, quanto subjetivas, como às formas de disciplinar o surdo, as normas, os costumes, jeitos e trejeitos ouvintes sujeitando esses sujeitos ao ouvintismo, às práticas de normalização que imprimem um jeito de “ser surdo ouvintizado”.

O preconceito ouvinte sobre a surdez nem sempre transparece de maneira clara em seus discursos. E isso é evidenciado quando Sarah, Irmã de Michele, propõe que ela não atrapalhe seu jantar de noivado, em outras palavras ela está tentando disciplinar a protagonista. Além disso, seu discurso só reforça o pensamento ouvinte sobre os surdos de que eles não são humanos civilizados, mas dependentes dos ouvintes.

Portanto, é evidente o estigma de anormalidade sobre a surdez, no filme. Percebemos a incompreensão da sociedade diante da “deficiência”, desde os sentimentos oscilantes frente ao diagnóstico médico, quanto às palavras radicais do pai. Além disso, são notórias as imposições de poder sobre o ser surdo, sendo exercidas continuamente, em discursos preconceituosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da língua, de certa forma, nos identifica sobre a qual grupo pertencemos, todavia os surdos por não terem a linguagem oral foram estigmatizados por sua deficiência. Dado que, o distanciamento da língua dominante, na visão ouvinte, os deixam a margem da maioria, isto é, os surdos não pertencem a comunidade ouvinte por associarem a surdez à anormalidade.

Considerando a diferença como fator relevante para o desenvolvimento de novas experiências e acreditando que o conhecimento conduz a importantes mudanças de posturas e modos de pensar, o presente trabalho teve como objetivo analisar a representação da surdez na obra filmica “Black”, de 2005, dirigido por Sanjay leela bhansali, procurando perceber como a surdez é representada socialmente na trama.

O tópico sobre o contexto histórico da surdez possibilitou perceber que há formas de tratamento, muitas vezes, desumanas. E percebeu-se como os surdos já sofreram com as opressões da comunidade ouvinte, principalmente, aqueles que não eram de família nobre eram submetidos aos piores empregos, além de terem seus direitos mínimos negados. Isso no levou a perceber o quanto se faz necessário mudanças sobre pensamentos e atitudes preconceituosas.

Ao que se refere ao tópico sobre a constituição de sujeito através da língua de sinais, constatou-se que é preciso que os surdos tenham acesso à sua língua e seus pares ainda na infância, para que possam ter um desenvolvimento pleno, tornando-os indivíduos independentes. No tópico sobre a visão ouvinte sobre a surdez, são perceptíveis os diversos estereótipos dados aos surdos, e como esses indivíduos padeceram por causa da incompreensão ouvinte, porquanto a sociedade ainda associa a surdez à deficiência mental.

Quanto à análise do filme, percebeu-se através da protagonista *Michelle* os conflitos e lutas enfrentados por esses indivíduos, que foram vistos como fardos e julgados por conceitos de normalidade, os quais distanciaram as possibilidades de interação entre surdos e ouvintes. Além disso, foi possível compreender as dificuldades de ser diferente meio a uma coletividade preconceituosa, presa em seus padrões sobre o que é aceitável ou não.

Portanto, diante com presente artigo chegamos à conclusão de que os surdos sofreram com a exclusão da coletividade ouvinte, uma vez que sua diferença não é facilmente aceita; e por se distanciarem dos padrões de normalidade estabelecidos, porquanto, o ser surdo

ainda é visto pelo que lhe falta, ou seja, a surdez o torna incompleto, apto a conserto na ótica da sociedade ouvinte.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Ana Cláudia P. Teixeira. **O Surdo: Este Desconhecido – Incapacidade absoluta do surdo-mudo.** Rio de Janeiro: Oficina Folha Carioca, Editora Ltda, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRITO, L. F. Integração social do surdo. Social do surdo. In: **Trabalhos em lingüística aplicada.** n° 7, 1986, p.21.

CARVALHO, J. M. **O ideal de completude narcísica e o adolescente surdo: um estudo clínico.** 2000. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, M. C. da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. (orgs.). **LIBRAS: conhecimento além dos sinais.** 1.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Ed. Martins fontes, 2007.

FIGUEIRA, E. **Imagem e conceito social da deficiência** (quartaparte). Temas sobre Desenvolvimento, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: vontade de saber.** 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GARCIA, B.G. O multiculturalismo na educação dos surdos: resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Orgs). **Atualidades da educação bilíngue para surdos.** Porto Alegre: Mediação 1999, p. 152.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da Gaivota.** São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Da esfera cultural a esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizadas nas telenovelas e a luta pelo reconhecimento.** 2002. Dissertação de Mestrado, universidade federal de Minas Gerais- Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

MISSAGIA JR, Mario José. Por um significado social da surdez. In: **Anais**. VIII Congresso Internacional e XIV Seminário nacional do Instituto Nacional de surdos: múltiplos autores e saberes na educação de surdos. Rio de Janeiro: INES, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PERLIN, Gládis T.T. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da silva; LOPES, Maura Corcini (orgs), **A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

RADUTZKY, Elena. **Dizionario bilingüe elementare della língua italiana dei segni**. Roma, Itália, Edizioni Kappa, 1992.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁ, Nídia Regina Limeirade. **Os Estudos Surdos**. 2004.
www.feneis.org.br/educação/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm. Acessado em 20/11/2015

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1990.

_____. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.30.

_____. Os estudos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (org.). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SOUZA, R.M; GALLO, Sílvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. **Educação e sociedade: revista quadrimestral de ciências da educação/centro de Estudos Educação e Sociedade (cedes) nº 79, Dossiê "Diferenças"**, São Paulo: cedes, 2002.

STROBEL, K. História dos surdos: representações 'mascaradas' das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gládis (orgs). **Estudos Surdos II**. Petrópolis-RJ: Editora Arara azul, 2007.

_____. **As imagens do outro sobre cultura surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

SEHGAL, B. **Black**. Ravik Chandran, 2005. Direção: Sanjay Leela Bhansal.